



# ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 5º VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE – MG

### JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO: JÉSSER GONÇALVES PACHECO



Lei de Criação nº 3.492, de 18-12-1958 Data da instalação: 18-1-1960 Data de implantação do PJe: 24-3-2015

Jurisdição: Belo Horizonte

Edital de Correição divulgado no DEJT em 27-8-2025, p. 4.





### ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 19-9-2024

Às 11 (onze) horas do dia dezenove de setembro de 2025, o Excelentíssimo Desembargador Dr. Manoel Barbosa da Silva, Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária telepresencial, por meio da plataforma de videoconferência Zoom, na 5ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, situada na Rua Goitacazes, 1475 – 6º andar, na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes, por meio da referida plataforma eletrônica, o MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, Dr. Jésser Gonçalves Pacheco; a Secretária da Vara do Trabalho, Sra. Roberta Matos de Oliveira; os servidores Alexsandra Moreira de Castro; Carolina Rodrigues Buchholz, Eirichy Cláudia da Silva Siqueira, Felipe Barbosa Ferreira, Fernando Cordeiro Rodrigues, Gláucia Zóia de Castro Álvares, Luciana Helena Miranda de Paiva, Luiz Felipe Lino de Souza, os estagiários Bruno Lopes Menezes, Fernanda Pereira Gusmão, João Victor Passos Silva. Ausente a servidora Ana Luiza Antunes de Cerqueira, em licença maternidade.

Iniciada a correição no horário acima registrado, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor examinou:

#### 1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

- **1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES** Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 740 processos, distribuídos neste ano até o dia 9-9-2025, apurando-se a média de 4,5 processos por dia útil.
- **1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS** A Vara recebeu, até o dia 9-9-2025, 39 cartas precatórias, dentre elas, 22 executórias. Das recebidas em 2025, 31 foram devolvidas para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.
- **1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT** Existe o registro de 634 processos na Instância Superior, sendo que desses 239 processos foram remetidos neste ano até o dia 9-9-2025.
- 1.4. PROCESSOS COM O MERITÍSSIMO JUIZ DO TRABALHO PARA ELABORAR SENTENÇA/DECISÃO Há 24 processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.
- **1.5. PROCESSOS AGUARDANDO LAUDO PERICIAL** Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 10 processos com perícia designada, aguardando laudo.
- **1.6. MANDADOS EXPEDIDOS** Constam 478 mandados expedidos no PJe, no ano em curso, dentre os quais 29 pendentes de cumprimento, sendo 1 mandado fora do prazo.
- 1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO Em consulta ao





sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 63 processos sobrestados.

Em consulta ao Sistema de Gestão de Precedentes ("NUGEP NACIONAL"), constatou-se que não há processos sobrestados com Tema já julgados, com incidentes de Repercussão Geral.

#### 1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO

### 1.8.1. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

### PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO NA FASE DE CONHECIMENTO:

(de 1°-1-2025 até 9-9-2025)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	90
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	243
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	64

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas:

Processos sem audiência designada aguardando 1ª sessão de audiência e	6
aguardando encerramento de instrução: são os processos dos itens 90.060 e	
90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão	
suspensos/sobrestados.	

Não há processos com mais de 300 dias sem audiência designada aguardando 1ª sessão de audiência e aguardando encerramento de instrução.

### 1.9. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO

Existem 528 processos em fase de execução, assim discriminados:

a) 499 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;





- b) 1 processo suspenso por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 28 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2025 até 9-9 -2025.

No mesmo período no ano 2024, havia 608 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 568 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 2 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 38 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.

### TABELAS COMPARATIVAS DOS ANOS DE 2024 e 2025

(dados apurados em 2025 até o dia 9-9)

### Decisões na fase execução:

	2024	2025
01-JANEIRO	46	9
02-FEVEREIRO	71	26
03-MARÇO	52	24
04-ABRIL	60	20
05-MAIO	35	31
06-JUNHO	42	28
07-JULHO	32	17
08-AGOSTO	31	44
09-SETEMBRO	30	7
10-OUTUBRO	17	
11-NOVEMBRO	21	
12-DEZEMBRO	25	
Totais	462	206

Alvarás expedidos:





	2024		2025			
	PJE	SIF	SISCONDJ	PJE	SIF	SISCONDJ
01-JANEIRO	87	75		61	44	1
02-FEVEREIRO	158	133	44	151	163	12
03-MARÇO	162	144	35	153	139	31
04-ABRIL	154	143	30	157	134	64
05-MAIO	224	230	34	175	161	46
06-JUNHO	123	112	40	143	120	24
07-JULHO	177	152	33	92	73	30
08-AGOSTO	164	144	42	159	139	32
09-SETEMBRO	232	140	32	45	45	8
10-OUTUBRO	174	153	41			
11-NOVEMBRO	144	129	35			
12-DEZEMBRO	183	168	41			
Totais	1982	1723	407	1136	1018	248

**1.10. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES:** de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 9-9-2025, existem 28 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

Qtde
9
19
0
28





**2. PROCESSOS EXAMINADOS** – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 19-9-2025, não há pauta programada.

Na pauta do dia 22-9-2025, havia 10 processos:

- a) una por videoconferência (rito sumaríssimo): 4 processos;
- b) inicial por videoconferência: 3 processos;
- c) instrução por videoconferência: 3 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0010747/25, 0010744/25, 0010757/25, 0010822/25, 0010824/25, 0010829/25, 0010825/25, 0010413/25, 0010354/25, 0010286/25.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se que os processos encontram-se em ordem.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Exame dos autos dos processos 0010683/25, 0010743/25, 0010919/24, 0010647/25, 0010631/25, 0010771/25, 0010807/25, 0010794/25, 0010788/25, 0010665/24, 0010311/25, 0010890/24, 0010054/25, 0010503/25, 0011007/24, 0010385/25, 0010479/25, 0011148/24, 0011153/24, 0010342/25, 0010274/25, 0010293/25, 0010382/25, 0010559/25, 0010576/25, 0010478/25, 0010305/25, 0010607/25, 0010275/25, 0010634/25, 0010449/25, 0010643/25, 0010447/25, 0010451/25, 0010933/24, 0010799/25, 0010639/25, 0011111/24, 0010158/25, 0010541/25, 0010801/23, 0010563/17, 0010708/23, 0010575/23, 0010784/24, 0010333/24, 0010137/24, 0010200/22, 0011089/24, 0010024/23, 0010765/16, 0010978/17, 0010154/19, 0010417/25, 0010519/25, 0010685/25, 0010630/25, 0010573/25, 0010599/25, 0010447/25, 0010429/25, 0010209/25, 0010641/25.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

0010274/25, 0010293/25, 0010382/25: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias.

**2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatouse que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.





**2.3.** AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 3 ações civis públicas em tramitação.

Processo	Tarefa	Fase Processual
0000482-02.2015.5.03.0005	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento
0010364-51.2016.5.03.0005	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento
0010445-29.2018.5.03.0005	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento

**2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 9 ações civis coletivas em tramitação.

Processo	Tarefa	Fase Processual
0010002-68.2024.5.03.0005	Aguardando apreciação pela instância Conhection	
0010201-61.2022.5.03.0005	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento
0010279-50.2025.5.03.0005	Aguardando audiência	Conhecimento
0010568-17.2024.5.03.0005	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento
0010708-51.2024.5.03.0005	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento
0010845-04.2022.5.03.0005	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento
0010928-20.2022.5.03.0005	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento
0011042-85.2024.5.03.0005	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento
0011126-86.2024.5.03.0005	Assinar sentença	Conhecimento

2.5. DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS EXISTENTES EM PROCESSOS





**ARQUIVADOS E/OU AINDA ATIVOS** — De acordo com levantamento realizado pelo Núcleo Garimpo, constatou-se que **não há** a existência, na unidade judiciária, de débito(s) não efetivamente pago(s) em processo(s) arquivados e/ou a existência de saldo(s) em conta(s) de processo(s) ainda ativo(s).

### 3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA -

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2023	2024	2025
Procedimento sumaríssimo/ordinário	32	38	34
Instrução processo físico	0	0	0
Instrução processo eletrônico	140	153	110

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2023	2024	2025
Procedimento sumaríssimo	14	10	16-10-2025 – 20 dias
Procedimento Ordinário	27	40	3-11-2025 – 31 dias
Instrução	87	70	26-3-2026 - 109 dias

### DECISÕES/SENTENÇAS PROFERIDAS

### Ano 2025, até o dia 9-9, com 164 dias de expediente forense:

	2025	Média dia/útil
Julgados procedentes	27	0,165
Julgados procedentes em parte	168	1,024
Julgados improcedentes	88	0,537
Extintos com resolução de mérito	0	0
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	283	1,726
Extintos sem resolução de mérito	41	0,25
Arquivamento	56	0,341
Desistência	28	0,171
Outras decisões sem resolução de mérito	12	0,073
Total sem resolução de mérito	137	0,835
Decisões de conhecimento	420	2,561
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	194	1,183
Conciliações	226	1,378
Decisões de incidentes na liquidação/execução	99	0,604





Total	933	5,689

### Ano 2024, com 236 dias de expediente forense:

	2024	Média/dia útil
Julgados procedentes	35	0,148
Julgados procedentes em parte	299	1,267
Julgados improcedentes	161	0,682
Extintos com resolução de mérito	3	0,013
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	498	2,11
Extintos sem resolução de mérito	81	0,343
Arquivamento	65	0,275
Desistência	45	0,191
Outras decisões sem exame de mérito	13	0,055
Total sem resolução de mérito	204	0,864
Decisões de conhecimento	702	2,975
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	262	1,11
Conciliações	347	1,47
Decisões de incidentes na liquidação/execução	176	0,746
Total	1.487	6,301

### 4. AUDIÊNCIAS, DESPACHOS E SENTENÇAS NA FASE DE CONHECIMENTO

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas de segunda-feira a quinta-feira, sendo que na segunda e quarta-feira, as pautas iniciam-se a partir das 13h30min e na terça e





quinta-feira, às 8h30min. O intervalo entre as audiências é de 20 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 10 minutos para as de procedimento ordinário e de 20 minutos para as instruções.

Informou, ainda, a Secretária da Vara do Trabalho, que a Unidade faz o uso efetivo do Sistema de Designação de Oitiva de Testemunhas por Videoconferência (SISDOV), usa o Sistema de Cálculo Trabalhista do Processo Judicial Eletrônico (PJE-CALC) e utiliza o acesso ao Sistema Garimpo.

Em atendimento ao artigo 32, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, declara o magistrado que comparece nesta unidade organizacional de segunda-feira a quinta-feira.

Recomenda-se aos magistrados, quanto à residência, que cumpram a disposição contida no artigo 29, inciso V, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantenham o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

### Audiências realizadas em agosto de 2025, com 19 dias úteis:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	6	0,316
Conciliação em execução	9	0,474
Encerramento de instrução Os encerramentos de instrução não são somados	1,	0,053
Inicial/Inicial (rito sumaríssimo)	36	1,895
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0
Instrução/Instrução (rito sumaríssimo)	40	2,105
Una/Una (rito sumaríssimo)	42	2,211
Total	133	7

#### TABELAS COMPARATIVAS DOS ANOS DE 2024 e 2025

(dados apurados em 2025 até o dia 9-9)

### Audiências realizadas:





	2024	2025
01-JANEIRO	67	71
02-FEVEREIRO	138	175
03-MARÇO	145	160
04-ABRIL	204	163
05-MAIO	177	181
06-JUNHO	142	166
07-JULHO	210	186
08-AGOSTO	179	133
09-SETEMBRO	201	61
10-OUTUBRO	128	
11-NOVEMBRO	193	
12-DEZEMBRO	121	
Totais	1905	1296

## Conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução:

	Conhecimento		Exec	eução	Liquidação	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025
01-JANEIRO	17	15		3	2	2
02-FEVEREIRO	29	30	5	5	4	6
03-MARÇO	25	26	3	3	10	12
04-ABRIL	35	36	3	2	14	5
05-MAIO	30	27	2	6	10	9





06-JUNHO	22	32	3	2	12	11
07-JULHO	42	35	5	3	16	12
08-AGOSTO	47	23	1	2	8	6
09-SETEMBRO	43	12	10	1	7	3
10-OUTUBRO	26		2		4	
11-NOVEMBRO	38		5		10	
12-DEZEMBRO	26				10	
Totais	380	236	39	27	107	66

### Sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento:

	2024	2025
01-JANEIRO	43	35
02-FEVEREIRO	65	85
03-MARÇO	74	81
04-ABRIL	91	59
05-MAIO	102	78
06-JUNHO	86	86
07-JULHO	100	118
08-AGOSTO	112	67
9-SETEMBRO	105	37
10-OUTUBRO	88	
1-NOVEMBRO	99	
2-DEZEMBRO	84	





Totais	1049	646
Totals		

### Despachos:

	2024	2025
01-JANEIRO	1085	1001
02-FEVEREIRO	1398	1293
03-MARÇO	1500	1307
04-ABRIL	1743	1323
05-MAIO	1625	1529
06-JUNHO	1612	1265
07-JULHO	1771	1503
08-AGOSTO	1644	1251
09-SETEMBRO	1521	436
10-OUTUBRO	1453	
11-NOVEMBRO	1333	
12-DEZEMBRO	916	
Totais	17601	10908

**AUXÍLIO FIXO:** Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro (a) magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que "nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados".

### 5. Produtividade -

Movimentação Anual de Processos					
	2023	2024	2025 até 9-9_		
Processos recebidos	953	1.085	740		
Média por dia útil	4,1	4,59	4,51		
Processos remanescentes do ano anterior	360	317	414		





Sentenças anuladas	4	4	6
Total de processos para solução	1.317	1.406	1.160
Processos solucionados	964	1.049	646
Processos conciliados	318	347	226
	73,19		A. C.
Produtividade	%	74,61%	55,69%

Quanto ao número de processos, verificou-se que, em 2024, houve um aumento de 13,85%. Quanto à produtividade, verificou-se que, em 2024, houve um aumento de 1,42%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) — desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (CGJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país. Instrumento eficaz de gestão, o IGEST pode ser utilizado como um balizador da vara na busca por melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. O IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2021-2026 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018, alterada pela Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 220, de 20 de janeiro de 2022.

### MESOINDICADORES IGEST: (de 1°-1-2025 até 9-9-2025)

- **5.1.1 MESOINDICADOR ACERVO:** O mesoindicador Acervo é composto pelos indicadores I01 Idade Média do Pendente de Julgamento, I02 Pendentes e I03 Taxa de Conclusos com o Prazo Vencido.
- 101 Indicador Idade média do Pendente de Julgamento: representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, "são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2016	1	9
2020	2	5
2021	2	4
2022	1	3
2023	2	2
2024	48	1
2025 – ano de referência	341	
TOTAL	397	0,21

102 – Indicador Pendentes: representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de





conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE		Sit	uação	O				Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pe			baixa	-	fase	de	0
	Processos pe			baixa	-	fase	de	494

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	0
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	223

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	0
	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	292

103 – Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido: representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

(fonte: e-Gestão)

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
	prazo vencido	Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
	aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	64

**5.1.2. MESOINDICADOR CELERIDADE:** o mesoindicador Celeridade é composto pelos indicadores I04 — Prazo Médio na Fase de Conhecimento, I05 — Prazo Médio na Fase de Liquidação e I06 — Prazo Médio na Fase de Execução.





104 – Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento: representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento. (fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	635	127,22

I05 – Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação: representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	264	153,61

106 – Indicador Prazo Médio Fase de Execução: representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	102	1.392,85
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	0	0





- **5.1.3. MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE:** o mesoindicador Produtividade é composto pelos indicadores I07 Taxa de Conciliação, I08 Taxa de Solução e I13 Taxa de Execução.
- 107 Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento: representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados. (fonte: e-Gestão)

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039		
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	646	

108 – Indicador Taxa de Solução: representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

(fonte: e-Gestão)

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	646
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	746

I13 – Indicador Taxa de Execução: representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

(fonte: e-Gestão)

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	47
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	107

- **5.1.4. MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO:** o mesoindicador Congestionamento é composto pelos indicadores 109 Taxa de Congestionamento no Conhecimento e I10 Taxa de Congestionamento na Execução.
- I09 Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento: representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

Pendentes de baixa n Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	494
Baixados na Fase d Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	672





I10 — Indicador Taxa de Congestionamento na Execução: representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

Pendentes Fase de Ex			na	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	292
Baixados Execução	na	Fase	de	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	92

### 5.1.5. MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO

III – Indicador Produtividade por Servidor: representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade. (fonte: e-Gestão)

Baixados na fase conhecimento	de	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	672
Baixados na fase execução	de	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	92
Servidores em atividade		Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	10

I12 – Indicador Pendentes por Servidor: representa o total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade. (fonte: e-Gestão)

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	494		
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência			
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	10		

#### 5.1.6. PERFIL DA VARA DO TRABALHO





Indicadores / Período de referência		4° trim 2024 01/01/2024 a 31/12/2024	1° trim 2025 01/04/2024 a 31/03/2025	2° trim 2025 01/07/2024 a 30/06/2025
	101 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,11	0,65	0,32
	I02 - Pendentes	1.258	1.255	1.254
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00	0,00
Indicadores	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	173,95	173,28	148,18
	I05 - Prazo médio no cumprimento de sentença (em dias)	1.276,82	517,69	480,01
	I06 - Taxa de conciliação (%)	41,04	39,92	43,21
	I07 - Taxa de solução (%)	96,33	100,56	95,20
	I12 - Taxa de extinção (%)	94,26	99,01	107,92
	I08 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	30,77	31,80	32,13
	I09 - Taxa de congestionamento no cumprimento de sentença (%)	45,75	45,19	45,17
	II0 - Produtividade por servidor	219,78	196,60	196,10
	II1 - Pendentes por servidor	139,78	125,50	125,40
Meso	Acervo	0,28	0,34	0,30
	Celeridade	0,79	0,62	0,56
	Produtividade	0,50	0,47	0,47
	Congestionamento processual	0,53	0,54	0,53
	Força de trabalho	0,48	0,53	0,51
Macro	IGEST	0,5155	0,5014	0,4733





Posição IGEST	119	104	93
Movimentação processual	1001 a 1500	1001 a 1500	1001 a 1500

### 6. ARRECADAÇÃO - Ano 2024

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda	Valores pagos aos reclamantes por execução, acordo ou pagamento espontâneo
R\$7.318.127,59	R\$1.538.104,58	R\$42.880.550,60

- 7. PORTARIAS De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, não há Portaria em vigor.
- **8. FERRAMENTAS ELETRÔNICAS DE PESQUISA PATRIMONIAL** Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.
- **9. DA SECRETARIA** Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor examinou 80 autos de processos, sendo que não foram encontrados excessos de prazo.

Não foram encontrados excessos de prazo em 2024.

#### Pje

Escaninho de petições não apreciadas 9, mais antiga 18-9-25

Prazo vencido: não há processo

Processos arquivados sem extinção da execução: o sistema encontra-se em manutenção, impossibilitando a apuração de dados.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foram observadas a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como a suspensão de prazos processuais, nos termos do art. 775-A da CLT e as determinações referentes à pandemia Covid-19.

**10. Gestão Estratégica** – Os resultados das metas 2024 estão disponíveis, para <u>fins de</u> conferência e acompanhamento, no seguinte endereço eletrônico:

https://app.powerbi.com/view?

r=eyJrIjoiZThlNGEyYTUtNGI5MS00Y2NkLWFiZmYtMjNjNmNlYzdiZTI4IiwidCI6ImNjZDk5MTdILWNiNDetNDJhNS1hMjYyLWUyMjcyZGNlZjZhYiJ9

**Meta 1 CNJ/2025:** <u>Julgar mais processos que os distribuídos:</u> Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos de 20/12/2024 a 19/12/2025, excluídos os suspensos e sobrestados de 20/12/2024 a 19/12/2025.

O acompanhamento diário das Metas do CNJ/2025 deverá ser feito por meio do painel de Power BI do TRT3, no seguinte endereço eletrônico:





https://portal.trt3.jus.br/internet/institucional/governanca-e-estrategia/analise-de-dados/links/metas-nacionais-25

Em 2024, a Meta Nacional 1 do CNJ: Índice de Processos Julgados (IPJ) era "Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente". Cláusula de barreira: Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Conhecimento do Justiça em Números, em 2024, menor que 40%.

Esta unidade atingiu o percentual de IPJ em 96,92% e o percentual de 29,35% de Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Conhecimento (inferior ao percentual de 40% da cláusula de barreira).

### Conclui-se, portanto, que a meta foi cumprida.

**Finalidade:** aferir o percentual de processos julgados em relação ao número de processos distribuídos no período de referência, inclusive os processos de anos anteriores que passaram a se enquadrar nos critérios da meta e não possuíam julgamento, de modo a diminuir o acervo processual.

### Critério de cumprimento:

A meta estará cumprida se, ao final do ano:

- O percentual de cumprimento for igual ou maior que 100%; ou
- O percentual de cumprimento for inferior a 100%, mas o indicador Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Conhecimento do Justiça em Números, em 2024, for menor que 40%.

Meta 2 CNJ/2025: <u>Julgar processos mais antigos</u>: Identificar e julgar, até 31/12/2025, pelo menos, 94% dos processos distribuídos até 31/12/2023, nos 1º e 2º graus e todos os processos pendentes de julgamento há mais de 5 anos (2020).

O acompanhamento diário das Metas do CNJ/2025 deverá ser feito por meio do painel de Power BI do TRT3, no seguinte endereço eletrônico: https://portal.trt3.jus.br/internet/institucional/governanca-e-estrategia/analise-dedados/links/metas-nacionais-25

Em 2024, a Meta Nacional 2 do CNJ: Índice de Processos Antigos Julgados (IPAJ) era "Identificar e julgar, até 31/12/2024, pelo menos, 93% dos processos distribuídos até 31/12/2022, nos 1º e 2º graus e 98% dos processos pendentes de julgamento há 4 anos (2020) ou mais".

No primeiro critério, esta unidade organizacional atingiu o percentual de IPAJ em 100%, tendo alcançado um índice de cumprimento da meta de a 107,53%.

No segundo critério, esta unidade organizacional atingiu o percentual de IPAJ em 100%, alcançando um índice de 102,04% de cumprimento da meta.

#### Conclui-se, portanto, que a meta foi cumprida.





Finalidade: aferir o percentual de processos antigos julgados em relação ao número de processos antigos distribuídos até o período de referência, de modo a diminuir o acervo processual.

**Critério de Cumprimento:** percentual de cumprimento da meta por período de referência = (Processos antigos julgados (2022) / Processos antigos distribuídos líquidos (2022)) x (1000/9,3) E

(Processos antigos julgados (2020) / Processos antigos distribuídos líquidos (2020)) x (1000/9,8) A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100% nos dois indicadores.

Meta 3 CNJ/2025: Estimular a conciliação: Aumentar o índice de conciliação em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio 2022/2023 ou alcançar, no mínimo, 38% de conciliação.

O acompanhamento diário da Meta do CNJ/2025 deverá ser feito por meio do painel de Power BI do TRT3, no seguinte endereço eletrônico: <a href="https://portal.trt3.jus.br/internet/institucional/governanca-e-estrategia/analise-de-dados/links/metas-nacionais-25">https://portal.trt3.jus.br/internet/institucional/governanca-e-estrategia/analise-de-dados/links/metas-nacionais-25</a>

Em 2024, a Meta Nacional 3 do CNJ: Índice de Conciliação (IC) era "Aumentar o índice de conciliação em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio 2021/2022 ou alcançar, no mínimo, 38% de conciliação".

Esta unidade organizacional atingiu o Índice de Conciliação (IC) de 40,83%, superior àquele estabelecido como cláusula de barreira (cujo critério é alcançar, no mínimo, 38% de conciliação ou superior), atingindo o percentual de cumprimento da meta de 93,11%.

### Conclui-se, portanto, que a meta foi cumprida.

**Finalidade:** aferir o percentual de processos solucionados por conciliação em relação ao total de processos solucionados, com vistas a reduzir a demanda judicial por meio da adoção de soluções consensuais para os conflitos.

Critério de Cumprimento: a meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 38% da cláusula de barreira.

Meta 5 CNJ/2025: Reduzir a Taxa de Congestionamento: Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2024.

O acompanhamento diário das Metas do CNJ/2025 deverá ser feito por meio do painel de Power BI do TRT3, no seguinte endereço eletrônico: <a href="https://portal.trt3.jus.br/internet/institucional/governanca-e-estrategia/analise-de-dados/links/metas-nacionais-25">https://portal.trt3.jus.br/internet/institucional/governanca-e-estrategia/analise-de-dados/links/metas-nacionais-25</a>

Em 2024, a Meta Nacional 5 do CNJ: Taxa de Congestionamento Líquida Não Fiscal era "Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2023". Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na





fase de execução: 65%.

A unidade atingiu o percentual de cumprimento da meta de 104,59%, pois obteve TCL - Conhecimento de 29,35% (inferior à cláusula de barreira de 40%) e TCL - Execução de 24,86% (inferior à cláusula de barreira de 65%).

### Conclui-se, portanto, que a meta foi cumprida.

#### Cláusula de barreira:

- Taxa de Congestionamento Líquida de Processo de Conhecimento (TCLC) em 2023 ≤ 40%
- Taxa de Congestionamento Líquida de Execução Não Fiscal (TCLEXNFISC) em 2023 ≤ 65%
   Obs.: são necessárias as duas condições em conjunto.

**Finalidade:** aferir o percentual de processos que, no período de 12 meses, permaneceu em tramitação sem solução definitiva. São desconsiderados os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório e as execuções fiscais.

Critério de Cumprimento: a meta estará cumprida se, ao final do ano, o percentual de cumprimento for maior ou igual a 100%.

- **11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL** Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.
- **12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA** Conforme o artigo 12, parágrafo 3°, da Resolução Conjunta n° 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e artigo 20, da Resolução n° 435, de 28-10-2021, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto n° 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP n° 7, de 3-10-2013.

### 13. RECOMENDAÇÕES:

### 13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que seja observada a publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção e seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1°-10-2020, bem como suas alterações que dispõem sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1° grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, também, que seja (m):





- 1) usados como ferramenta de auxílio na gestão da secretaria, os relatórios existentes nos Painéis Interativos de Bussiness Intlligence (BI), quais sejam: Painel das Metas Nacionais do CNJ, Painel do IGEST, Painel de Produtividade, Painel de Processos Aptos para Julgamento e Painel da Meta 9 do CNJ (Agenda 2030), disponíveis em https://portal.trt3.jus.br/internet/institucional/gestao-estrategica/analise-de-dados/principal;
- 2) observados os lançamentos no PJe de acordo com o e-Gestão 1º Grau, bem como suas atualizações, disponíveis na intranet manuais e orientações magistrados e servidores 1) e-Gestão;
- 3) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 1/2021 que recomenda "aos Juízes Titulares e Substitutos, em exercício na Primeira Instância, na capital e no interior que promovam a ampliação da pauta de audiências em ao menos 50 % do quantitativo habitual de audiências realizadas na respectiva vara do trabalho, nos períodos em que houver designação de juiz auxiliar para atuar conjuntamente com o magistrado responsável pela unidade judiciária";
- 4) cumprida a Resolução Conjunta GP.GCR.GVCR N. 211/2021, que regulamenta a utilização do Sistema de Designação de Oitiva por Videoconferência (SISDOV), em cartas precatórias, para a oitiva de testemunhas, partes e auxiliares da justiça;
- 5) cumprida a Resolução Conjunta GP/GVP1/GCR/GVCR N. 203 de 13 de setembro de 2021 que dispõe sobre a adoção do Fluxograma Paradigma de Liquidação e de Execução, disponível na intranet deste Regional, em serviços execução paradigma fluxos de trabalho, modelos de documentos e POPs;
- 6) utilizado o acesso de forma automática com perfil amplo para magistrados e secretários de Vara do Trabalho ao Sistema Garimpo, para consulta às contas de depósitos judiciais e recursais em processos arquivados a partir de 15/02/2019, para fins de pagamento de execuções pendentes, nos termos da competência prevista na Resolução Conjunta GP/GCR n. 136/2020. O cadastro de outros servidores poderá ser concedido para acesso restrito a processos da própria unidade, por meio de solicitação do magistrado à Secretaria de Suporte e Atendimento (SESA) da Diretoria de Tecnologia de Informação e Comunicação (DTIC);
- 7) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 108 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e inciso III do artigo 108 do Provimento Geral Consolidado deste Regional. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o caput do artigo 764 da CLT, no sentido de que "os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação", frisando-se que "para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos", nos moldes do § 1º do referido artigo;
- 8) proferidas sentenças líquidas na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos "Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos",





envidando esforços para que, no mínimo 10% das sentenças prolatadas no mês, por juiz, sejam líquidas, realizadas pelo sistema do PJe-Calc, em cumprimento ao contido na ata de correição realizada neste Regional pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, no ano 2021, conforme recomendado por meio do Ofício Circular Conjunto N. GCR/GVCR/15/2021;

- 9) observadas as diretrizes na realização do juízo de admissibilidade dos recursos, conforme artigo 32, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;
- 10) observado o correto lançamento dos dados nos sistemas garantindo a fidedignidade das informações estatísticas disponibilizadas no Sistema e-Gestão, conforme Recomendação nº1/GCGJT, de 19 de outubro de 2022;
- 11) esclarecidas quaisquer dúvidas sobre o IGEST e as Metas Nacionais do CNJ, assim como a geração de dados adicionais, por meio da abertura de chamado na Intranet do TRT3 via Portal CSTI (Sistemas>ABERTURA DE CHAMADOS TI E PJE PORTAL CSTI>Página Inicial > Estatística) ou pelo link (<a href="https://portalesti.trt3.jus.br/assystnet/#services/227">https://portalesti.trt3.jus.br/assystnet/#services/227</a>), atendimento que será prestado pela Divisão de Estatística e Análise de Dados (DESTAD) da Secretaria de Governança e Estratégia (SEGE);
- 12) utilizada regularmente pelos magistrados e servidores, a ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em Primeira Instância WIKI-VT na tramitação dos processos, conforme Ofício Circular SECVCR/7/2023, de 5 de maio de 2023. A ferramenta pode ser acessada por meio do link (https://fluxonacional.jt.jus.br/index.php/Especial:Autenticar-se), mediante login (CPF) e senha. No primeiro acesso, deve-se clicar em "Esqueceu sua senha?", para receber por e-mail uma senha provisória e utilizá-la para fazer o login no sistema e cadastrar a senha definitiva;
- 13) cumpridos os Ofícios-Circulares n. CGJT/30/2023 e n. GCR/34/2023, que dispõem sobre arquivamento definitivo do processo de execução no âmbito da Justiça do Trabalho, conforme o art. 129 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral, procedimentos contrários, verificados principalmente em reunião de execuções, expedição de precatórios, homologações de acordo e expedição de certidões para habilitação em recuperação judicial/falência, geram efeitos deletérios, porque, além de criarem um desvio estatístico, também implicam prejuízo às Varas do Trabalho e aos magistrados que observam as normas de regência. Para as hipóteses mencionadas deve-se utilizar movimentos próprios: 50127 Suspenso o processo por reunião de processos na fase de execução (Processo principal nº número do processo); 50142 Suspenso o processo por falência ou recuperação judicial; e 11014 Suspenso ou sobrestado o processo por convenção das partes para cumprimento voluntário da obrigação (até que o PJe adote o movimento 15238 Suspenso o processo por homologação de acordo ou transação).

Recomenda-se, ainda, à Secretária e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

### 13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):





- 1) regularizado, em até 30 dias, o prazo das audiências dos processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo que deverão ser realizadas no prazo máximo de quinze dias, conforme artigo 852-B, inciso III, da CLT e Meta inserida no planejamento estratégico deste Regional, com a realização de pauta especial de segunda a sexta-feira, se necessário, até que o prazo seja regularizado, devendo ser oficiada a Corregedoria;
- 2) inseridos em pauta os processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas constantes da tabela do item 1.8 desta Ata;
- 3) saneados os incidentes processuais, conforme apurado no item 1.10 desta Ata;
- 4) realizada, de forma obrigatória, a notificação inicial/citação das pessoas jurídicas cadastradas no Domicílio Judicial Eletrônico, consoante a Resolução CNJ n. 455, de 2022 e § 1º do art. 67 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral de Justiça;
- 5) utilizada a ferramenta de monitoramento do sistema Pje (SAO03-PE01) para que as as nomeações dos peritos judiciais sejam realizadas de forma equitativa, em observância ao disposto no § 1º do art. 14 da Resolução CSJT n. 247, de 2019, desde que o profissional técnico, enquanto auxiliar da justiça (art. 149 do CPC), seja da confiança deste Juízo;
- 6) envidados esforços para o cumprimento da Meta 1 CNJ/2025: Julgar mais processos que os distribuídos Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos de 20/12/2024 a 19/12/2025, excluídos os suspensos e sobrestados nesse período; da Meta 2 CNJ/2025: Julgar processos mais antigos Identificar e julgar, até 31/12/2025, pelo menos, 94% dos processos distribuídos até 31/12/2023, nos 1º e 2º graus, e todos os processos pendentes de julgamento há mais de 5 anos (2020); da Meta 3 CNJ/2025: Estimular a conciliação Aumentar o índice de conciliação em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio 2022/2023 ou alcançar, no mínimo, 38% de conciliação; da Meta 5 CNJ/2025: Reduzir a taxa de congestionamento Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2024;
- 7) realizado, diariamente, o acompanhamento das Metas do CNJ/2025 deverá ser feito por meio do painel de Power BI do TRT3, no seguinte endereço eletrônico: <a href="https://portal.trt3.jus.br/internet/institucional/governanca-e-estrategia/analise-de-dados/links/metas-nacionais-25">https://portal.trt3.jus.br/internet/institucional/governanca-e-estrategia/analise-de-dados/links/metas-nacionais-25</a>;
- 8) realizado, pelos magistrados e pelos servidores, quando liberado pela unidade responsável, o Exame Periódico de Saúde na data aprazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

### 13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2024:





A Corregedoria Regional verificou que as recomendações, então formuladas, foram observadas.

**14. OBSERVAÇÕES FINAIS** – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é "Realizar Justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania."

Partícipe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU), que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as incluídas no objetivo 16, disponíveis no link http://www.agenda2030.org.br/ods/16/, que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em "ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão", segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que o Excelentíssimo Desembargador Corregedor não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 13h30min do dia dezenove de setembro de 2025, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital nº. 171, divulgação, em 27-8-2025, do que, para constar, eu, Rômulo Soares Valentini, Assessor do Gabinete da Corregedoria, layrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor. Prestaram assistência direta ao Excelentíssimo Desembargador Corregedor, além do Sr. Assessor do Gabinete da Corregedoria acima nominado, a servidora Sandra Castro Christiano.

Manoel Barbosa da Silva

Desembargador Corregedor do TRT/3ª Região

Rômulo Soares Valentini

Assessor do Gabinete da Corregedoria